

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
INGRID JACIELLEN MOREIRA

CENTRO DE APOIO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL AO MORADOR DE RUA
EM CASCAVEL-PR

CASCAVEL
2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
INGRID JACIELLEN MOREIRA

**CENTRO DE APOIO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL AO MORADOR DE RUA
EM CASCAVEL-PR**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Projetual, como
requisito parcial para a aprovação na
disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professora Orientadora: Arqº Esp.º Camila
Pezzini

Professora coorientadora: Arqº Mariana
Melani Drabik

CASCAVEL

2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
INGRID JACIELLEN MOREIRA

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CENTRO DE APOIO DE REINTEGRAÇÃO
SOCIAL AO MORADOR DE RUA PARA A CIDADE DE CASCAVEL-PR**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Professora Arqº Esp. Camila Pezzini e professora coorientadora Arqº Mariana Melani Drabik.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Profº Arqº Esp. Camila Pezzini

Professora Coorientadora

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Profº Arqº Mariana Melani Drabik

Avaliador

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Arqº Msº Wellington Bescorovaine

Cascavel/PR, 24 de outubro de 2017

RESUMO

O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa atribuída a Arquitetura e Urbanismo, do CAUFAG. O assunto diz respeito à população em situação de rua em condições de fragilidade, cujo tema é um centro de apoio e reintegração social ao morador de rua para a cidade de Cascavel, Paraná. A pesquisa originou-se a partir da indagação: - como um projeto arquitetônico de um local de apoio e assistência poderá contribuir para melhorar as condições dos problemas sociais e de qualidade de vida da população em situação de rua? Parte-se da hipótese inicial de que, um centro de apoio se torna viável pela existência da necessidade quanto ao auxílio e acolhimento, beneficiando o indivíduo e proporcionando um local que desperte a sua motivação e reintegração na sociedade, permitindo no aspecto social variadas soluções de projetos em função das características e da situação urbana em que se inserem. O trabalho tem como objetivo geral propor um espaço de apoio e que dê oportunidade de reintegração social para essas pessoas, acreditando que a arquitetura é capaz de modificar a vida do usuário ali situado. Para a fundamentação da pesquisa, utiliza-se a revisão bibliográfica, coleta de dados e análise de correlatos, dando o suporte necessário para elaboração da proposta projetual para o centro de apoio. Dessa forma, os objetivos específicos alcançados foram: compreender o cenário da população de rua, a análise de centros já existentes na cidade de Cascavel, descobrir o perfil dessa parcela da sociedade e examinar normas e referências, que foram pertinentes para alcançar o próximo objetivo do trabalho, que é a elaboração da proposta projetual. A construção de um espaço de apoio e oportunidade de reintegração social para pessoas em situação de rua, com infraestrutura adequada à demanda das necessidades, utilizando-se uma arquitetura com linguagem que segue a integração do indivíduo, fazendo o uso tanto questões formais, quanto funcionais, técnicas e social.

Palavras chave: Abrigo. Reinserção. Cidade. Situação de rua.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: centro de assistência - The Bridge	21
Figura 2: fachada	22
Figura 3: pátio interno	22
Figura 4: implantação	23
Figura 5: sala de jantar	24
Figura 6: vista para pátio	24
Figura 7: fachada principal	25
Figura 8: perspectiva	26
Figura 9: planta baixa	26
Figura 10: planta baixa - 1 pavimento	27
Figura 11: esquema de funcionamento	27
Figura 12: área interna	28
Figura 13: fachada	28
Figura 14: vista lateral	29
Figura 15: esquema de composição	30
Figura 16: planta baixa 1º pavimento	30
Figura 17: pátio interno	31
Figura 18: habitações	31
Figura 19: mapa do Paraná, com destaque para a cidade de Cascavel	33
Figura 20: terreno escolhido para proposta	35
Figura 21: vias	35
Figura 22: zoneamento	36
Figura 23: terreno a ser implanta a edificação	37
Figura 24: insolação e ventilação	37
Figura 25: estudo de fluxos	41
Figura 26: implantação - plano de massa	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: programa de necessidades - centro de apoio	39
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2.FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA	12
2.1. O MORADOR DE RUA: CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO	13
2.1.1. História e origem do morador de rua.....	13
2.1.2. Caracterização do público alvo.....	14
2.2. EXCLUSÃO SOCIAL: HISTÓRICO E DEFINIÇÕES	14
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MORADOR DE RUA.....	15
2.3.1. Política Nacional	15
2.4. REINSERÇÃO SOCIAL: CRITÉRIOS E DEFINIÇÕES	16
2.4.1 Critérios e Definições	16
2.5. CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO	17
2.5.1. Estrutura física necessária.....	17
2.5.2. Partido arquitetônico.....	18
2.5.3. Espaços Livres	19
3. CORRELATOS	21
3.1. THE BRIDGE - CENTRO DE ASSISTÊNCIA PARA SEM-TETO.....	21
3.1.1. Aspecto Formal	22
3.1.3. Aspecto Funcional	23
3.1.2. Aspecto Ambiental	23
3.1.2. Técnico Construtivo	24
3.2. CAPSLO HOMELESS CENTER – SÃO LUIS OBISPO	25
3.2.2. Aspecto Formal	25
3.2.3. Aspecto Funcional	26
3.2.4. Aspecto Ambiental	27
3.3.5. Aspecto Técnico-Construtivo	28
3.3. CENTRE VILLAGE + COHLMAYER ARCHITECTURE LIMITED	28
3.3.2. Aspecto Formal	29
3.3.3. Aspecto Funcional	29
3.3.4. Aspecto Ambiental	30

3.3.5. Aspecto Técnico-Construtivo	31
3.4. ANÁLISE DO AUTOR	32
4. DIRETRIZES PROJETUAIS	33
4.1. CASCAVEL	33
4.1.2 Centros de apoios em Cascavel	34
4.2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRENO	34
4.2.1 Uso e Ocupação do Solo.....	35
4.2.2 Características do Terreno	36
4.3 LEGISLAÇÃO	37
4.4. CONCEITUAÇÃO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	38
4.5. PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	39
4.6. FLUXOGRAMA E SETORIZAÇÃO.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXO 1 – Consulta prévia do Terreno	49

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se ao trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. Insere-se na linha de pesquisa denominada “Arquitetura e Urbanismo” do CAUFAG, e discorre a partir das reflexões referente aos estudos da arquitetura, abrangendo formas, condições de conforto, urbanismo e paisagismo. O trabalho se desenvolve no grupo de pesquisa intitulado projetos de arquitetura no contexto urbano – PARQ que compreende a correlação entre o tema abordado, abrangendo conteúdos necessários para o desenvolvimento da proposta compatíveis com o contexto urbano.

Para tanto, tem como assunto a população em situação de rua em condições de fragilidade, onde o tema é um centro de apoio e reintegração social ao morador de rua para a cidade de Cascavel, Paraná. A pesquisa se aprofundará em desmitificar a caracterização dessa parcela da população e causas pelas quais sofrem a exclusão social, mostrando então, através de conceitos, que o ser humano necessita de um abrigo e que a arquitetura pode oferecer através das apropriações vividas no local, motivações seguidas de processos para que este indivíduo seja reinserido novamente na sociedade, através da conexão de identidade estabelecida entre espaço e usuário.

Justifica-se o presente trabalho no âmbito acadêmico/científico por colaborar para a difusão de conhecimento e o avanço da melhor técnica, estética e integração urbana do projeto. No campo profissional, justifica-se por oportunizar a ampliação da visão dos administradores públicos para novas possibilidades de planejamento social. Justifica-se no campo histórico através das pesquisas que relatam a respeito da população em situação de rua, observações quanto às condições insalubres que o grupo possui no cotidiano, bem como a necessidade do auxílio não somente para o acolhimento, mas também para a reinseri-los na sociedade, desenvolvendo um lugar não apenas de passagem, mas de acolhimento. Do ponto de vista econômico e técnico, o centro de apoio mostra-se como suporte para esta determinada população, servindo como uma referência de projeto e como consequência a valorização do local. No âmbito de moradia social, caracteriza-se por estimular o indivíduo a se desenvolver, e inserir-se novamente na sociedade. Através do ponto de vista social e em nível do município, as ocupações em espaços públicos feitas por essa população acabam gerando diversos tipos de problemas urbanísticos, permitindo no aspecto social a variedade soluções de projetos em função das características e da situação urbana em que se inserem.

Tendo como relação os fatos abordados, o problema da pesquisa é: como o projeto de um local de apoio e assistência contribuiria para reverter ou melhorar essa condição? Parte-se da hipótese de que exista uma necessidade quanto ao auxílio e acolhimento da população em situação de rua. A proposta projetual revelará ambientes e espaços que beneficiem o indivíduo, desenvolvendo um lugar não apenas de passagem, mas de acolhimento, que desperte a motivação de cada usuário a se integrar novamente na sociedade.

O desenvolvimento da cidade e crescimento populacional gerou problemas sociais e apropriação de espaços públicos, onde também a falta de capacitação e ausência de um local de apoio para essa população impede que obtenham sua recolocação no mercado de trabalho, o centro de apoio propõe uma infraestrutura suficiente a proporcionar a este usuário um auxílio na melhoria de condições para se viver, por meio de uma arquitetura funcional, com intenções formais relacionados ao uso de materiais, cores, plantas, ventilação, iluminação e ambientes abertos para o desenvolvimento da proposta projetual.

Afim de responder ao problema da pesquisa e confirmar a hipótese inicial, elabora-se o objetivo geral: propor um espaço arquitetônico de apoio e oportunidade de reintegração social para pessoas em situação de rua. Para atingir o objetivo geral, foram estipulados os seguintes objetivos específicos: 1) Compreender o cenário da população de rua; 2) Analisar centros de acolhimentos existentes na cidade de Cascavel; 3) Elencar necessidade e perfil dessa parcela da sociedade; 4) Examinar normas e referências para desenvolvimento projetual; 5) Analisar correlatos, verificando utilização de técnicas e equipamentos; 6) Desenvolver proposta projetual através dos parâmetros na pesquisa teórica.

A pesquisa desdobrou-se a partir do seguinte marco teórico, onde para Gomes *et al* (2010) a integração social é vista como um processo mais amplo que visa conceder aos cidadãos não só o acesso aos benefícios e oportunidades sociais, mas também que estes sejam equitativos.

A metodologia empregada no presente trabalho será a revisão bibliográfica, e análise de dados, bem como o método comparativo que realiza comparações a fim de verificar similitudes e explicar divergências, construindo um quadro de referência relevante para a elaboração do projeto (LAKATOS E MARCONI, 2003). Baseado nas premissas de Gil (2002, p. 43) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Foi apresentado um embasamento teórico composto de fundamentos arquitetônicos e revisão bibliográficas no primeiro capítulo do trabalho, onde tais auxiliaram no entendimento

do tema e sua real situação e a forma que a arquitetura se comporta de maneira social como uma ação direta e como ferramenta principal para o desenvolvimento de um centro de apoio que visa também a melhora de qualidade de vida. No terceiro capítulo, foi elaborado uma pesquisa e análise de correlatos, que auxiliaram no entendimento do funcionamento de abrigos destinados a essa parcela da população que vivem em situação de rua. O projeto para o centro de apoio e reintegração social ao morador de rua começa a ser exposto no quarto capítulo, através das diretrizes projetuais, onde é mostrado as análises do terreno escolhido, as intenções que justificam a conceituação da obra e também os primeiros estudos que envolvem os fluxos, setorização, acessos e implantação.

2. FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA

A arquitetura, conforme Argan (1998, p.243), atua no sistema cultural urbano, como uma disciplina complexa, porém construtiva e expressiva de todo o sistema, por está razão, pode auxiliar no apoio, proporcionando experiências motivacionais, como contribuição à proposta, portanto ao longo deste capítulo, serão apresentados embasamentos bibliográficos, referenciados ao tema proposto.

Os indivíduos abordados neste trabalho tomam para si as ruas como moradia, e não usufruem do que a arquitetura relata sobre as atribuições de lar, conforme diz Netto (1999, p.173) "as pessoas precisam de um lugar para habitar, onde se proteger, onde se esconder se for o caso". A sociedade exerce esforços para uma cidade moderna sem distinções e com ideais igualitários, buscando suprir os conceitos de uma cidade ideal, sendo ela representativa ou visualizadora desses conceitos, de forma que reflita a ordem urbanística social, como também outras razões da instituição urbana (ARGAN, 1992, p.74).

Para Souza (2004, p.75), o desenvolvimento urbano sob um ângulo social, o planejamento urbano se faz presente para a melhoria de vida e aumento da justiça social, como relata Lefebvre (2001, p.98) a cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática. Através das problemáticas do desenvolvimento urbano, ressalta-se o valor do espaço para essa parcela da população, onde segundo Marcellino (2002, p.28), os espaços preservados e revitalizados contribuem de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculo afetivos.

De acordo com Carlos (2007, pg.109) pode-se afirmar que a luta pelo "direito à cidade" aparece como questão no momento em que a sociedade vive a cisão entre a apropriação e a dominação do espaço. O ser humano precisa de um lugar para se viver e ocupar, e a arquitetura tem essa função atemporal, como relata Pallasma (2011, p. 67) a arquitetura permite-nos perceber e entender a dialética da permanência e da mudança, nos inserir no mundo e nos colocar no *continuum* da cultura e do tempo.

A arquitetura não é simplesmente uma arte, mais ou menos bem executada, é uma manifestação social. Se quisermos saber por que algumas coisas são o que são em nossa arquitetura, é necessário que olhemos para o povo; pois os edifícios no seu conjunto são uma imagem do povo com um todo, embora especificamente eles sejam a imagem individual daqueles aos quais, constituindo uma classe, o público delegou e proporcionou poderes para construir. Isto posto, o estudo crítico da arquitetura nada mais é [...] na realidade, que o estudo das condições sociais que a produzem' (ARTIGAS, 1999, p.35 *apud* Louis Sullivan, Kinder-Garten chats, 1890).

Compreende-se então que a arquitetura exerce um papel insubstituível a qualquer instituição onde a mesma, segundo Pallasma (2011, p. 68), as experiências memoráveis de arquitetura, espaço, matéria e tempo se fundem em uma dimensão única, na substância básica da vida, que penetra em nossa consciência.

2.1. O MORADOR DE RUA: CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

O termo “morador de rua” expressa ao longo da história uma “ideia de baixa estima” e “viver de favor”, conformidade, conformação e objeto de assistencialismo. Também é caracterizado pelo desconhecimento dos direitos a melhores condições e a uma vida digna (TARACHUQUE, 2012, p.20).

2.1.1. História e origem do morador de rua

Não existem documentos que relatam sobre os fatos referentes ao contexto histórico dos moradores de rua, mas de acordo com a Silva (2009), seu surgimento está associado ao surgimento das cidades pré-industriais, onde o cenário de vida urbana estava sendo criado em diversos locais. Para Santos (2015) o fenômeno população em situação de rua surge no seio da pobreza generalizada, compondo as condições históricas necessárias à produção capitalista.

Os processos que provocam a ‘situação de rua’ são registrados historicamente desde a época pré-industrial das sociedades europeias. Era resultado da miséria provocada pela absorção insuficiente nas indústrias, da mão de obra das pessoas expulsas do campo. A acumulação capitalista se reproduz com a existência de pessoas que não são envolvidas no processo de produção (diretamente), servindo à manutenção da demanda / oferta de trabalho e o controle dos salários (BESSA, 2009, p.84).

Os moradores de rua são o resultado da desigualdade social, que muitas vezes um dos principais motivos que os determinaram a esta realidade foram a pobreza, desemprego, brigas familiares e o uso de drogas, assim, nem todo mendigo é morador de rua, porém a maioria dos moradores de rua torna-se mendigo, diariamente sendo julgados e excluídos pela sociedade, sofrendo preconceitos e violência (FERREIRA, 2014, p.10)

Essa parcela de população no Brasil possui poucos estudos realizados que sejam expressivos para cidades médias, dificultando então a compreensão e elaboração de políticas

sociais que supram suas reais necessidades (LUCENA, 2013, p. 104).

2.1.2. Caracterização do público alvo

Se tratando de população de rua, Brasil (2006), afirma que é um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, sendo em sua predominância do gênero masculino, com cerca de 82%, conforme constatações de pesquisas realizadas sobre a população de rua, enquanto que a população feminina corresponde a 12% do universo pesquisado (ARAÚJO, 2012, p.27). A situação mostra uma população sem condições financeiras e de moradia, compelidos a utilizarem as ruas das cidades, como relata Tarachuque (2013), o povo da rua não tem casa, no entanto ocupa espaços vazios e ociosos da cidade; recicla materiais achados no lixo e cria espaço alternativo que lhe oferece privacidade. Essa população para Brasil (2009) se define como:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A expressão população de rua ou morador de rua, é utilizado para o grupo de pessoas, que buscam a sobrevivência nas ruas das cidades. Antes conceituadas como “mendigos”, o termo foi modificado, denominado então como população em situação de rua (TARACHUQUE E SOUZA, 2013, p. 151).

2.2. EXCLUSÃO SOCIAL: HISTÓRICO E DEFINIÇÕES

Uma população marcada pela desigualdade social e muitas vezes excluídas por não serem produtivas para a sociedade capitalista (LUCENA, 2013), que para Arrà (2006) essa exclusão representa a condição de vulnerabilidade nas relações estabelecidas pela sociedade. Conforme Marília (2013) o contundente processo de exclusão social no Brasil pode ser constatado a partir do contingente significativo de pessoas cujas redes de sociabilidade – vínculos familiares e comunitários - estão fragilizadas ou mesmo rompidas.

O termo exclusão social teve origem na França, tendo o seu significado relacionado

com pessoas ou grupos desfavorecidos. Conforme se verifica no próprio nome a exclusão social, nada mais é do que ser excluído da sociedade, assim podendo ocorrer por inúmeros fatores como, por exemplo, a pobreza, a deficiência, o desemprego, a cultura, a raça, entre outros, que quando deixam de ser um problema individual, e passam a ser um problema de toda uma sociedade, e essa por si só não se importa ou dissimula não conhecer tal realidade, gerando, assim, a exclusão (PEREIRA, 2014, p.2).

De acordo Brasil (2008) a população em situação de rua encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. A exclusão existente no Brasil contemporâneo é sintetizada pelas experiências vivenciadas, confirmada pelas condições de vida cotidiana dos moradores de rua (BURSZTYN, 2003, p.139). Essa população rua sofre com as contradições, com o modo capitalista de produção, evidenciado por um engano que relata que todos obtém de direitos iguais e ganhos individuais, porém essas mesmas pessoas são presenciadores de que a desigualdade está presente neste modo de produção (MATTOS e FERREIRA *apud* DI FLORA, 1987).

Benevolo (1991, p.26) descreve a forma com qual a cidade e a sociedade exercem relações invertidas, onde mostra a hierarquia dos interesses consolidados, relatando que a cidade em que vivemos não é a projeção adequada da sociedade no seu conjunto, mas um mecanismo mais rígido, que serve para retardar e apagar as transformações em todos os outros campos. O espaço da desigualdade, em sua nova dimensão, impede que se consolide o espaço de igualdade, deixando à margem dos direitos justamente aqueles que têm recursos para acionar os mecanismos de defesa (BURSZTYN, 2003, p.75).

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MORADOR DE RUA

De acordo com Tarachuque (2013) a ausência de políticas públicas adequadas para incluir esta população e um nível mínimo de cidadania os coloca na mais extrema vulnerabilidade, Essa população acaba sendo excluída por não possuírem acesso a bens materiais e simbólicos, e não participarem da gestão pública (BURSZTYN, 2003, p.75).

2.3.1. Política Nacional

Os objetivos da política Nacional, segundo Brasil (2009) são abarcar questões essenciais concernentes à parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades. Promove esforços a fim de garantir diretrizes que vão

possibilitar a reintegração destas pessoas, concedendo acesso aos direitos de cidadãos, a oportunidades de desenvolvimento social (BRASIL, 2008, p.4). Os princípios da política nacional, aborda as questões que diz respeito às condições sociais e diferenças de origens, bem como raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, e também as pessoas portadoras de deficiências (BRASIL, 2009)

2.4. REINSERÇÃO SOCIAL: CRITÉRIOS E DEFINIÇÕES

São diversas as propostas cujo objetivo é promover socialização, assim como afirma Pallasma (2011, p.101), as relações sociais se estabelecem quando as pessoas são atraídas por suas semelhanças ou diferenças, entre outros fatores são as crenças, experiências e sentimentos comuns que caracterizam e aproximam pessoas.

2.4.1 Critérios e Definições

Ao ponto de vista de Gomes *et al* (2010) , a integração seria um processo que viabiliza o acesso dos indivíduos excluídos às oportunidades da sociedade. Tem-se então a necessidade de reforçar a questão que faltam oportunidade para o acesso ao benefício. A população em situação de rua é impedida à participação social, onde se é levado em consideração a reinserção social através do resgate de moradia, do trabalho e do convívio social, (BEZZERA *et al*, 2010, pg. 344).

Neste caso, a integração social é vista como um processo mais amplo que visa conceder aos cidadãos não só o acesso aos benefícios e oportunidades sociais, mas também que estes sejam equitativos (GOMES *et al*, 2010, p 61). Assim nasce pessoas carente de perspectiva de vida e de mudança, cujo o próprio valor humano foi esquecido, eles se sentem sem valor nenhum, por isso não encontrar motivação para sair dessa situação, esperam por pessoas que as descubram e as apoiem para se reintegrar na sociedade (PASTORAL DO POVO DA RUA, 2003, p 16).

Para Queiroz (2009), aos olhos de quem está acostumado a culpabilizar o sujeito pela sua condição, à pessoa que mora na rua sempre será o “bêbado”, “mendigo” e “drogado”. Mas são diversas as razões que levam uma pessoa a viver nas ruas, a questão não é tentar desmitificar o motivo e sim procurar meio para que ocorra a intervenção deste estado, para que ela possa se reerguer na sociedade. A formação de uma identidade passa não apenas por processos sociais e programas políticos e culturais, mas também pela preservação e modificação de artefatos e

objetos físicos que formam o palco destes processos com os seus referidos valores e significados (FEIBER, 2008, p.14).

De fato, ao olhar para a questão da inclusão através de um prisma interdisciplinar, compreendemos que, para se sentirem incluídos, os usuários dos ambientes construídos não precisam apenas de acesso (em sentido stricto) mas precisam desenvolver afeto pelo lugar (PRADO *et al*, 2010, p. 81).

Uma sociedade pode ser marcada com uma finalidade comum, onde a arquitetura estabelece a conexão de identidade para o ser humano, Argan (1998, p.251) apresenta a seguinte informação “o projeto ainda é um processo integrado numa concepção do desenvolvimento da sociedade como devir histórico; a programação, por sua vez, apresenta-se como a superação da história enquanto principio de ordem da existência social”. Como relata Carlos (2007, p.43) é desta forma que os lugares vão ganhando sentido através das apropriações vividas e percebidas através do corpo e todos os sentidos humanos.

2.5. CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

A utilização de um edifício segue categorias que reúnem diversas funções, onde deve ter relação com a cidade e seu entorno, com a paisagem, seja ela qual for, chamada de função sintática, definido como o estudo das relações dos objetos entre si (COLIN, 2004, p.41). Além disso, a sociedade em geral almeja uma habitação, onde relata Filho (2001, pg.131) que, a visão de habitação como instrumento social é de direito de todos, no Brasil, gera uma expectativa que muitas vezes percorre o indivíduo até os últimos dias de sua vida, sendo o espaço para se viver.

2.5.1. Estrutura física necessária

Não se refere a penas a uma construção, pois como discorre Artigas (1999, p.48) a construção é quantidade, a arquitetura é qualidade. O papel da arquitetura busca suprir necessidades que possam contribuir para um espaço que além de acolher, proporciona segurança e reintegração social do indivíduo, de acordo com Zevi (1996, p.51), “onde quer que exista uma perfeita experiência espacial a viver -, nenhuma representação é suficiente, precisamos nos mesmo ir, ser incluídos, tornarmo-nos e sentirmo-nos parte e meda do conjunto arquitetônico”. Um centro de apoio deve propor experiências que despertem sentimentos capazes de estimular a busca pela melhoria de qualidade de vida e a recolocação social.

Como relata Argan (1998, p.243) é arquitetura tudo o que concerne à construção, e é com as técnicas da construção que se intui e se organiza em seu ser e em seu devir a entidade social e política que é a cidade, sendo assim, a arquitetura exerce o papel de estrutura, mas carrega um significado cultural e simbólico.

A interação entre o comportamento humano e o ambiente é um processo muito envolvente. O ambiente tem um definido impacto sobre o indivíduo, cujas respostas vão depender das condições fisiológicas e psicológicas de cada pessoas. O fisiológico relaciona-se com os mecanismos biológicos do corpo, enquanto o psicológico diz respeito às experiências pessoal e cultural, motivos, desejos e necessidades básicas (FILHO, 2001, p.128).

As casas de apoio muitas vezes são ignoradas pelos desabrigados, um dos fatores abordados por Pereira (2014, p.11) é o fato dessas pessoas não se sentirem a vontade com o estabelecimento, sentirem que aquele não é o seu lugar, que não é nada parecido com o que tinham antes de irem para as ruas, por conta disto é difícil a adaptação destes indivíduos. Em uma de suas afirmações, Filho (2001, p.133) relata que “os espaços livres e as áreas verdes podem exercer um papel na identidade dos lugares, quer enfatizando as características físicas, quer atuando como limites de áreas urbanizadas, formando compartimentos de paisagem”.

Através do fato destas pessoas não se integrarem ao local de uma forma a se sentirem a vontade, surge a necessidade da procura da formação de identidade com o local, a partir do momento que a pessoa permite a identificação com o edifício, cria-se um laço com ele, e logo passa a se identificar com o mesmo (FEIBER, 2008, p.45). Para elaboração de uma edificação, consciente em se pensar em algo sustentável, afim de economizar e incentivar a educação é de extrema importância (PEREIRA, 2014, p.9).

2.5.2. Partido arquitetônico

Como relata Artigas (1999, p.83) construir foi, para o homem, primeiramente, construir sua habitação, alojar-se no espaço, domina-lo como parte da natureza. Antes de ter o pretexto para a construção de um edifício, a sociedade deve estar precisando dele, assim a atribuição da ideia central para o partido arquitetônico atribui através da missão de conciliar a função prática e a função estética, que seja essencial para a definição na sua forma (Colin, 2004, p.27). Ching (1996) atribui a arquitetura como sendo:

A arquitetura é geralmente concebida – projetada – e realizada- construída – em resposta a um conjunto de condições existentes. Essas condições podem ser de natureza puramente

funcional ou podem também refletir, em graus variados, a atmosfera social, política e econômica. De qualquer maneira, pressupõe-se que o conjunto de condições existentes – o problema – seja pouco satisfatório que um novo conjunto de condições – uma solução – se faça desejável. O ato de criar arquitetura, portanto, constitui um precesso de resolução de problemas ou de projeto (CHING, 1996. s/p).

Quando se pensa nas exigências de um edifício, são muitas as diversidades e complexidades que devem ser atendidas, como aponta Ching (1996, p.320), as formas e os espaços de qualquer edifício devem levar em conta a hierarquia inerente às funções que acomodam, os usuários que servem, os propósitos ou significados que transmitem e o escopo ou contexto que a que sigam, assim, visando estes princípios, a ordem do projeto é pensada. Um espaço passa por um processo contínuo, até que o mesmo se torna lugar para uma pessoa, antes disso, o ambiente é percebido, assimilado, recebe afetos, toma novas significações, e então modifica o indivíduo que usa com valores que passam a ser inalteráveis (FILHO, 2001, p. 83).

O espaço a ser pensado, deve buscar negar as barreiras sociais, que de acordo com Filho (2001, pg. 119) são relativas aos processos de exclusão/inclusão social de grupos ou categorias de pessoas, ou seja, proporcionar uma estrutura que seja convidativa para esses indivíduos. Para Gurgel (2005, p.22) é fundamental que as atividades que serão desenvolvidas em cada espaço a ser criado sejam compreendidas em toda a sua complexidade.

2.5.3. Espaços Livres

As funções que as áreas verdes e os espaços livres desempenham no meio urbano para Filho (2001, p.133) podem ser agrupados em três conjuntos: valores paisagísticos, valores recreativos e valores ambientais, assim, quando essas funções se juntam, de forma direta ou indireta, exercem um domínio social que irá refletir na qualidade de vida da população.

A partir dos espaços livres, são criados jardins, segundo Segawa (1996, p.225) são para a cidade como escapes das civilizações. Nestes espaços são focadas as paisagens, que não são necessariamente identificadas visualmente, mas através da disposição de outros recursos perceptíveis e elementos que se propõem a usufruí-las (FILHO, 2001, p.21).

Mas para além da percepção, a paisagem revela-nos através de uma imagem aparentemente imóvel, um conjunto cheio de sentido e o ser humano se identifica com os espaços da vida pressentidos através da paisagem. É por isso que para além da fixidez aparente da paisagem há um ritmo que revela um tempo, que por sua vez é uma vida que se descortina ao olhar atento. Ganha cores e matizes de acordo com as necessidades da reprodução da vida humana (CARLOS, 2007, p. 34).

Os jardins complementam os espaços livres e podem ser considerados formas de lazer, já que, de acordo com Marcellino (2002, p.13), os conteúdos de lazer podem ser os mais variados e para que uma atividade possa ser entendida como tal é necessário que atenda a alguns valores ligados aos aspectos de tempo e atitude. Relatado por Segawa (1996, p.11) o jardim nasceu com o homem. A primeira residência do primeiro casal foi um jardim, que só perdeu por se atrasar nos aluguéis da desobediência, onde lhe veio o mandado de despejo.

Segundo Gomes (2010, p. 21) o lazer precisa ter sentido para as pessoas que o usufruem, representar uma possibilidade de mobilização e engajamento político. Portanto através da edificação, estimula a reflexão sobre a sociedade, onde através da integração entre os indivíduos e socialização com novas experiências e atividades, busca posicionar a população em situação de rua sob uma nova expectativa de vida. O espaço também recebe influência das cores, que segundo Gurgel (2005, p.70) as quais exercem grande influência em nosso estado de espírito e, conseqüentemente, em nosso comportamento. Para Lima (2014) a intenção de uma boa arquitetura, objetiva envolver e despertar as sensações humanas, jogando com sentimentos e figuras que fazem parte do inconsciente.

3. CORRELATOS

Neste capítulo serão apresentadas obras cuja tipologia é de centros de apoios, os quais servirão de referência e suporte para a elaboração do projeto, posteriormente apresentados, poderão esclarecer preceitos de intenções projetuais, bem como aspectos formais, funcionais, ambientais e técnicas construtivas.

3.1. THE BRIDGE - CENTRO DE ASSISTÊNCIA PARA SEM-TETO

O centro de assistência *The Bridge*, apresentado na figura 01, do escritório *Overland Partners Architects*, foi concluído em 2008, na cidade de Dalas, no Texas. A edificação é considerada um modelo mundial de design de centros de desabrigados e ganhou o prêmio “Melhor Arquitetura de Entrada” na Competição Internacional de Sem Abrigo, organizada pela Fundação de Liderança *Tshwane* da África do Sul (ARCHDAILY, 2011). O presidente do concelho metro *Dallas Homeless Alliance*, *Mike Rawlings* relata que “A *Bridge* tornou a comunidade do centro de Dallas um lugar melhor para trabalhar e viver. O proprietário da loja do outro lado da rua que liderou a luta contra os planos já disse que a Ponte é a melhor coisa que aconteceu no Bairro (OVERLAND, 2017).

Figura 1: centro de assistência - The Bridge



Fonte: ArchDaily (2011)

3.1.1. Aspecto Formal

O centro é composto por edifícios que circunda os pátios, observado na figura 02, que promovem segurança em um espaço composto por 76mil metros quadrados. O The Bridge está situado em um local com 3,41 hectares, é composto por um prédio de três andares, um edifício de boas-vindas e outro de armazenamento, um pavilhão aberto e instalações para refeições, estrategicamente pensado como um ponto focal para o pátio interior interno paisagístico do campus, visto na figura 03, e também como um imã de comida que oferece aos trabalhadores sociais a oportunidade de se conectar com os sem teto (ARCHDAIY, 2011).

Figura 2: fachada



Fonte: Charles Davis Smith – AIA (2017)

Figura 3: pátio interno



Fonte: Archdaily (2011)

3.1.3. Aspecto Funcional

A Sua inauguração resultou em mais de 2,5 milhões de refeições atendidas, além de 750 moradores inseridos em habitação e uma diminuição de cerca de 57% dos casos de desabrigados crônicos, como relatou o diretor da *Overland Partners Architectes* “Os sem-teto não foram os únicos beneficiados de ter *The Brudge* em sua comunidade. Desde a sua abertura, a taxa de criminalidade local diminuiu mais de 20% (ARCHDAILY, 2011).

A edificação foi organizada com áreas de dormitórios, incluindo um pavilhão ao ar livre, bem como instalações de saúde física e mental, assistência à infância, escritórios jurídicos, áreas de aconselhamento, instalação de treinamento e escritórios de segurança (OVERLAND, 2017). O abrigo conta também com adicionais que incluem lavanderias, centro de recreação, abrigo para animais de estimação, biblioteca, armários e serviços postais, além de possuir um pavilhão de jantar compartilhado, disposto no terreno conforme a figura 4 (OVERLAND, 2017).

Figura 4: implantação



Fonte: Archdaily (2011)

3.1.2. Aspecto Ambiental

O *The Bridge* desenvolveu características sustentáveis, como a sala de jantar, mostrado na figura 5 e seu telhado verde, além de sistema de reciclagem de água e iluminação natural utilizada em todos os prédios. Com isso o projeto recebeu o certificado prata LEED (Liderança

em Energia e Design Ambiental) do *US Green Building Council* (ARCHDAILY, 2011).

Figura 5: sala de jantar

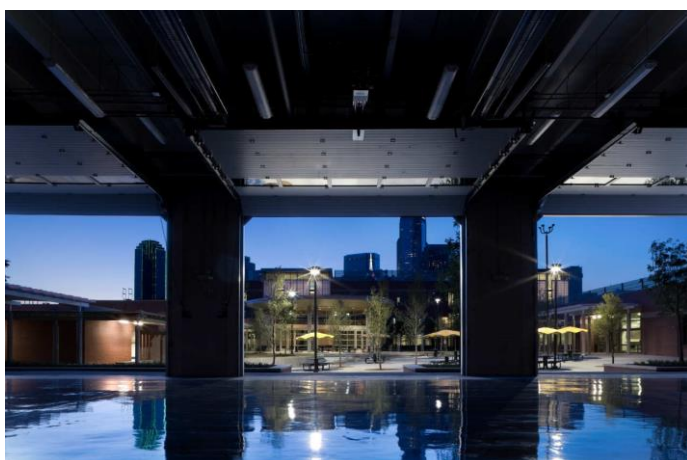


Fonte: Archdaily (2011)

3.1.2. Técnico Construtivo

De acordo com o escritório *Overland Partners Architectes* (2017), o objetivo era criar um ponto de orgulho, um local onde aqueles que procuram assistência serão referidos como “clientes” e os muitos grupos cívicos investidos a questão poderiam realmente trabalhar juntos (OVERLAND, 2017). Sua modulação é com estruturas de concreto de estrutura metálica, conforme a figura 6.

Figura 6: vista para pátio



Fonte: Archdaily (2011)

3.2. CAPSLO HOMELESS CENTER – SÃO LUIS OBISPO

Projetado pelos escritórios arquitetura Garcia + *Design e Gwynne Pugh Urban Studio*, está localizado em San Luis Obispo, Califórnia. O abrigo servirá como um novo centro para servir os sem-tetos (ARCHDAILY, 2011). Sua fachada principal, demonstrada na figura 7, proporciona uma curiosidade, por se tratar de uma forma pura revestida de fechamentos e tons mais escuros, que não revelam de imediato a caracterização da obra.

Figura 7: fachada principal



Fonte: Archdaily (2011)

3.2.2. Aspecto Formal

O Abrigo é composto por um único prédio, visto na figura 8, cujo design fornece uma fachada que traz harmonia para a comunidade, e garante privacidade para os residentes, já que está inserido em um bairro com bastantes residências. Sua constituição aborda questões que possuem relevância, incluindo segurança, privacidade, necessidade de manutenção e controle. Sua forma possui um design que transmite sensação de acolhimento, tanto pelo projeto como pela paisagem exterior (GWYNNE PUGH URBAN STUDIO, 2011).

Figura 10: planta baixa - 1 pavimento

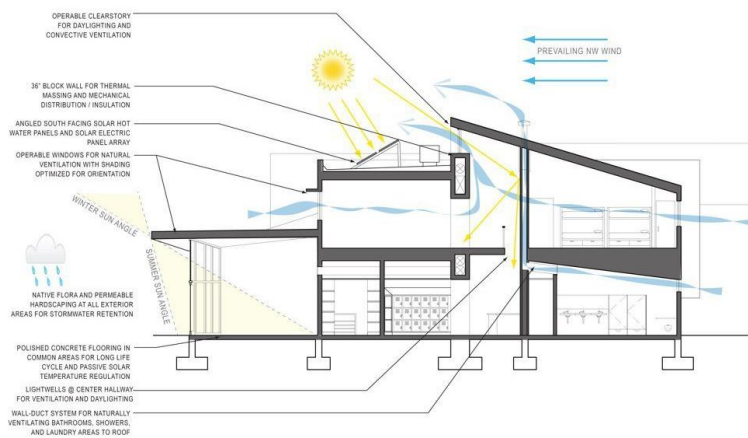


Fonte: Archdaily (2011)

3.2.4. Aspecto Ambiental

Segundo a análise da autora, o prédio se encontra em uma área da Califórnia bem montanhosa, com pouca vegetação, porém a implantação do *Capslo* permeia uma área com zona de preservação próxima, sendo um ponto positivo por filtrar os ruídos. O projeto garante através de suas aberturas um sistema de ventilação e iluminação natural eficiente, além gerar energia através das placas solares, conforme a figura 11. Outro aspecto interessante no projeto são suas conexões, que geram um pátio interno, conforme figura 12.

Figura 11: esquema de funcionamento



Fonte: Archdaily (2011)

Figura 12: área interna



Fonte: Archdaily (2011)

3.3.5. Aspecto Técnico-Construtivo

O projeto é estruturado em torno de uma coluna central, que serve como direção principal que organiza a construção, demarcando as áreas privadas e públicas, conforme sua utilização possibilitando também uma hierarquia de segurança, com uma linguagem que vai de norte a sul dentro do prédio (ARCHDAILY, 2011).

3.3. CENTRE VILLAGE ARCHITECTURE + COHLMeyer ARCHITECTURE LIMITED

Projetado em 2010, o *Centre Village*, visto na figura 12, serve a famílias carentes, e utiliza de projetos para revitalizar áreas da cidade negligenciadas, proporcionando ambientes únicos aos moradores.

Figura 13: fachada



Fonte: Archdaily (2013)

3.3.2. Aspecto Formal

O local era um terreno abandonado em forma de L, previsto para seis moradias familiares. Em vez disso, o projeto estabeleceu um micro vila de 25 habitações divididas em seis blocos de três pavimentos, conforme a figura 13, que seriam fáceis de construir e manter. O arranjo dos blocos define dois espaços públicos, através de uma rua e um pátio compartilhado, que tecem a cidade através do projeto e proporcionam facilidades para os moradores e vizinhos. O pátio ajardinado oferece um lugar calmo e protegido para as crianças brincarem, e a nova rua é um local de encontro informal. Cada moradia tem sua própria entrada, seja em nível ou em uma escada exterior, reduzindo assim a circulação interna e o tamanho do edifício em geral, e também levando os moradores a conhecerem uns aos outros e interagirem (Archdaily, 2013).

Figura 14: vista lateral

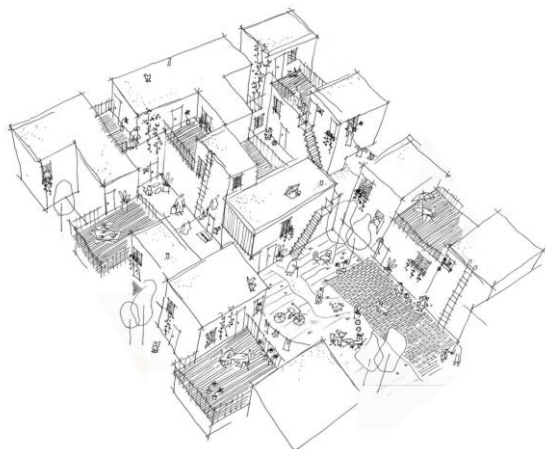


Fonte: Archdaily (2013)

3.3.3. Aspecto Funcional

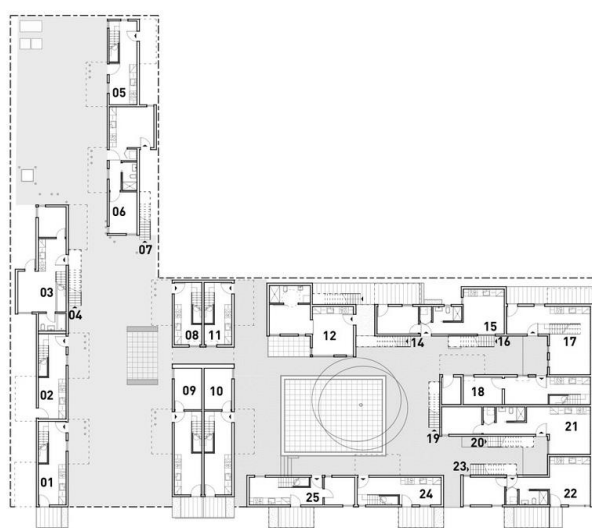
Projetado para aproveitar ao máximo o espaço, o material e a luz do dia, as unidades têm composições feitas a partir de módulos compactos de 2,40 x 3,60 e módulos em balanço de 4,25 x 3,60 para as áreas maiores de moradia que oferecem visões mais amplas. Os módulos são empilhados e interligados para criar configurações diversas, visto na figura 15, que variam de 35 metros quadrados, para as unidades de um dormitório, a 81 metros quadrados para as de quatro dormitórios. Já que os dormitórios de cada unidade são distribuídos por vários andares, até mesmo pequenos apartamentos têm muita privacidade, conforme figura 16, tem um fator importante considerando que grande parte dos inquilinos são famílias multi geracionais.

Figura 15: esquema de composição



Fonte: Archdaily (2013)

Figura 16: planta baixa 1º pavimento



Fonte: Archdaily (2013)

3.3.4. Aspecto Ambiental

Conforme as análises feitas pelo autor, o projeto mesmo não possuindo um entorno arborizado, ou não dispor de ferramentas que buscam por intenções sustentáveis, porém seu pátio, mostrado na figura 17, central passa para a obra um ambiente que traz o conceito de espaço livre, um ponto de relevância a ser adotado no centro de apoio proposto neste trabalho.

Figura 17: pátio interno



Fonte: Archdaily (2013)

3.3.5. Aspecto Técnico-Construtivo

Segundo a análise da autora, a edificação foi utilizada a alvenaria, com um sistema de janelas disposta em modo assimétrico com uma geometria pura e como a edificação não possui sistema de beiral, as aberturas possuem um avanço, garantindo maior proteção. Por ser uma obra, onde sua disposição é de várias habitações, conforme figura 18, os acessos se comportam de forma externa, através de escadas de metal.

Figura 18: habitações



Fonte: Archdaily (2013)

3.4. ANÁLISE DO AUTOR

Através dos correlatos anteriormente apresentados é possível perceber as diversas possibilidades ao se projetar uma edificação destinada aos moradores em situação de rua, de uma forma temporária, mas que traga conforto. As obras analisadas, em conjunto com a pesquisa teórica apresentada no capítulo anterior, colaboram com o desenvolvimento da proposta projetual para o centro de apoio e reintegração social em Cascavel-PR.

O *The Bridge* - centro de assistência para sem-teto contribui pela sua importância e relevância no contexto social, tendo reflexos positivos não só para os moradores, como também para a sociedade. Diante do projeto, na questão formal o edifício difere na utilização de materiais, e busca aplicar conceitos sustentáveis que valorizam a obra e agrega valores ambientais.

O segundo correlato, sendo esse o *Capslo Homeless Center*, na Califórnia e apresenta a ideia que em centro diferenciado, formado por um prédio único, mas com um programa de necessidade completo e através da sua variação de altura, trabalha a ventilação e iluminação natural. O projeto também oferece um espaço aberto, que funciona como área de convivência, que se torna o local atrativo do abrigo.

Já o terceiro correlato, o *Centre Village*, apresenta uma concepção mais inovadora, formado por diversos módulos que funcionam como apartamentos individuais, modificando a linguagem habitual de simplesmente fornecer quartos compartilhados. Além de oferecer diversas vantagens, propõe conforto e uma estética diferenciada, que permite a interação entre as pessoas que ali ocuparem, tanto pelo modo de distribuição dos módulos, como pelo espaço de convívio formado entre eles.

Conclui-se através da apresentação dos correlatos, que o conjunto de informações formais, funcionais, ambientais e estruturais permitem conhecer o funcionamento através de uma experiência real, permeando a elaboração de um projeto adequado àquilo que se propõe de melhor para os moradores em situação de rua.

4. DIRETRIZES PROJETUAIS

Neste capítulo serão descritas as questões de relevâncias para a elaboração da proposta projetual de um Centro de Apoio e Reintegração social ao Morador de Rua. As diretrizes e análises estão expostas nos próximos subtítulos.

4.1. CASCAVEL

Segundo o Portal do Município de Cascavel (s/n), o seu surgimento da cidade é rodeada de lendas, que relatam que tudo ocorreu a partir de um grupo de colonos que, ao pernoitarem as margens de um rio, descobriram um ninho da espécie de cobras cascavéis, assim então foi denominado o local Cascavel, termo originado da variação do latim *caccabus*, que significa “borbulhar, cidade então localizado ao oeste do estado do Paraná, conforme mostrado na figura 19. A colonização da cidade é decorrente a grande extração de erva-mate e a madeira, e também por ser uma cidade em que ligava a capital do estado á cidade de Foz do Iguaçu, outro fator foi o movimento político da época que retratava que, a consequência era a população sair de regiões a sentido de Cascavel em busca de tranquilidade a possíveis perseguições políticas (DIAS *et al.*, 2005).

Figura 19: mapa do Paraná, com destaque para a cidade de Cascavel.



Fonte: Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Paraná, 2017.

O crescimento da cidade ocorreu na década de 30, com o ciclo da madeira, atraindo então muitas famílias principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir da década de 70

a cidade inicia seu processo de industrialização e crescimento da atividade agropecuária, principalmente da soja e milho. Hoje, a cidade é conhecida como a “Capital do Oeste do Paraná”, e também é reconhecida por ser uma metrópole em construção (PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, s/d).

4.1.2 Centros de apoios em Cascavel

Relacionado a centros de apoio, a cidade de Cascavel possui uma casa de passagem, que está localizada no bairro Cancelli. Segundo o Portal do Município de Cascavel, o centro fornece apoio, através de serviço de acolhimento institucional provisório para adultos, famílias em situação de rua, desabrigo ou que possuem vínculos familiares rompidos.

A casa de passagem objetiva por prestar atendimentos de acolhimento provisório, promover a reinserção social, comunitária e familiar das pessoas, além de planejar e promover ações para o acesso comunitário. Além destes serviços, promove acesso aos serviços socioassistenciais, programações culturais, de lazer, esporte e ocupacionais, contribuindo para a prevenção do agravamento de situações de negligência (PORTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, 2017). O município também conta com o Centro Especializado para População de Rua – Centro POP, localizado no bairro Alto Alegre, que segundo o Portal do Município de Cascavel (2017), tem como público indivíduos em situação de rua, assegurando atendimento e atividades para desenvolvimento de sociabilidades, oferecendo também atendimento mediante denúncias.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRENO

Localizado no bairro centro da cidade de Cascavel, mostrado na figura 20, mais a leste da região. Situado entre as ruas Vinte e cinco de agosto e Eduardo Tadeu Melani, o terreno ocupa o quarteirão, totalizando uma área de 1.265,00 m².

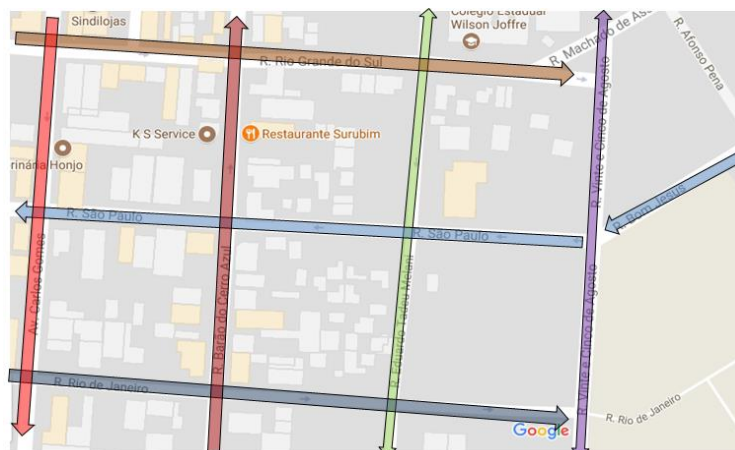
A escolha se deu pela boa localidade, dotada de infraestrutura suficiente, sendo bem servido de transporte público, que se conecta com as demais regiões, além de ser próximo a pontos de ônibus e aproximadamente 3 km de distancia dos terminais urbanos. Possui também vias que facilitam o acesso ao local e demonstra suporte de outros centros de apoios sociais, que podem ser vistas através da análise conforme a figura 21.

Figura 20: terreno escolhido para proposta



Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2017.

Figura 21: vias



- ↔ Trecho da rua Eduardo T. Melani em mão dupla
- ↔ Trecho da rua Vinte e cinco de Agosto em mão dupla
- Trecho da Av. Rio G. do Sul sentido único
- Trecho da rua São Paulo/Bom Jesus Sentido único
- Trecho da rua Rio de Janeiro Sentido único
- Trecho da Av. Carlos Gomes Sentido único
- Trecho da rua Barão C. Azul Sentido único

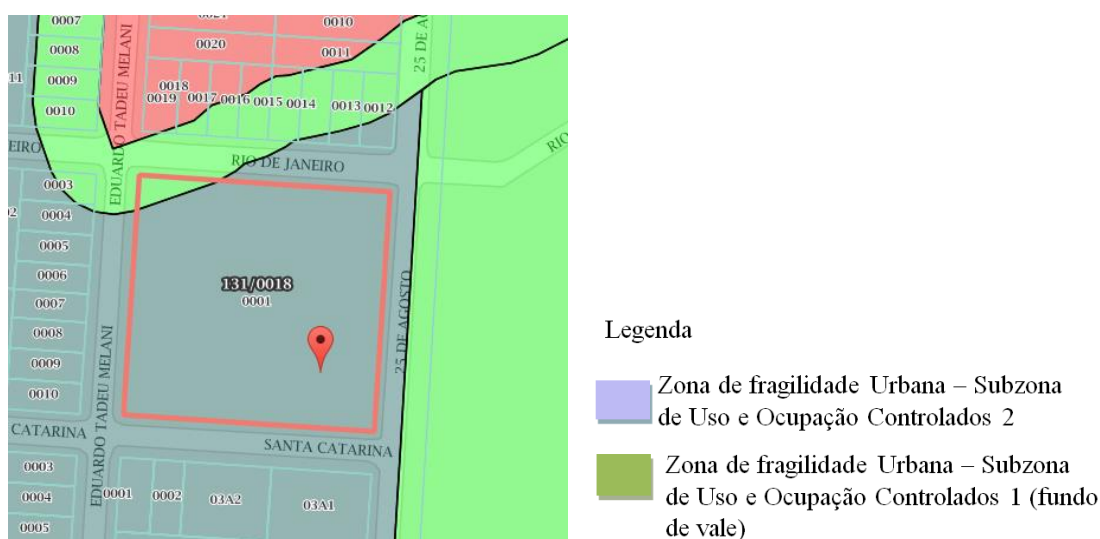
Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2017.

4.2.1 Uso e Ocupação do Solo

De acordo com a Lei nº 6.696/2017 de uso e zoneamento da cidade de Cascavel, é possível definir zoneamentos que distribuem o território em zonas distintas, de acordo com o uso e ocupação, assim, de acordo com o sistema de mapeamento da cidade disponibilizado pelo

sistema do geoportal, o terreno selecionado para a proposta encontra-se em zona de Fragilidade Ambiental Urbana – Subzona de uso e ocupação controlados 2 - ZFAU-SUOC 2, conforme figura 22. A qual sua ocupação visará a média densidade populacional, segundo o art. 122 da Lei nº 6.696/2017. Através da consulta de viabilidade de edificações, foi possível certificar a autorização da construção, conforme Anexo 01 e 02.

Figura 22: zoneamento

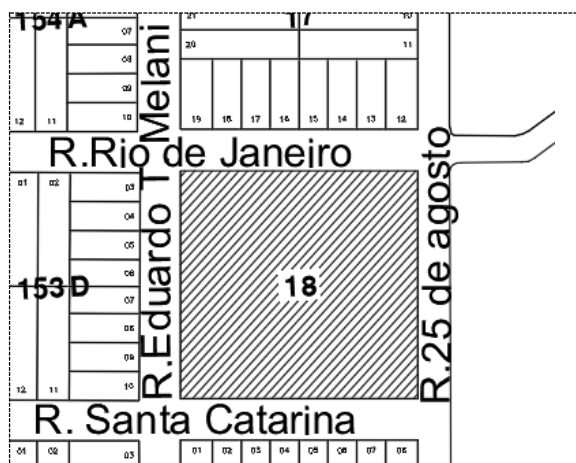


Fonte: Portal Geoportal Cascavel, 2017.

4.2.2 Características do Terreno

Para a implantação do centro de apoio, será utilizado o terreno onde era a escola municipal Gladis Maria Tibola, antigo colégio Washington Luiz, no centro de Cascavel, que sofreu um incêndio no ano de 2015, a qual ficou totalmente destruída, sendo assim, a proposta dará um reuso ao local, valorizando e trazendo uma nova história, deixando de ser uma edificação incendiada e passando a ser uma área de apoio. A área está situada em um setor privilegiado da cidade, de acordo com a figura 23, com constante relação com a comunidade, de fácil acesso tanto para o transporte, quando para serviços em geral e com uma topografia caracterizada com uma inclinação praticamente nula, permitindo o aproveitamento do solo sem grandes intervenções.

Figura 23: terreno a ser implanta a edificação



Fonte: Acervo autora, 2017.

Outra condicionante do terreno é estar localizado próximo de uma boa arborização existente, considerável como um ponto favorável para a elaboração da proposta projetual. Por se tratar de um quarteirão de área, as faces do terreno correspondem os quatros pontos cardeais, sendo que os ventos predominantes são na direção nordeste, porém no inverno correm correntes ao sul, essa análise é vista na figura 24.

Figura 24: insolação e ventilação



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2017.

4.3 LEGISLAÇÃO

O plano diretor da cidade de Cascavel revisto em 2017, fundamentado pela lei 10.257/2001 Estatuto da Cidade, Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, cita em seu Art, 26, o objetivo de garantia dos direitos sociais básicos para a população será realizado por um dos meios que é fortalecer e ampliar as ações de Assistência

Social no município em consonância com a legislação vigente, implementando as seguintes medidas: desenvolver ações de organização social, apoio e promoção do trabalhador informal carente bem como do itinerante ou morador de rua.

O órgão de política nacional de assistência social (PNAS) norteia ações por meio de diretrizes, estratégias e instrumentos para criar um sistema único de assistência. A proteção básica é destinada a pessoas em situação de risco e visa preveni-los, contribuindo para a inclusão social onde seu objetivo maior é:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (PNAS, 2005, p.92)

A segurança de acolhida é provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especializada, podendo então promover instalações físicas com a ação profissional condições de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e socioeducativas (PNAS, 2005).

4.4. CONCEITUAÇÃO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

O objetivo da proposta é construir um centro de apoio com foco não somente em acolhimento temporário, mas fazer com que o indivíduo depois de certo tempo possa se inserir novamente na sociedade. Devido às características que os usuários possam se encontrar, a segunda intenção busca uma composição projetual que coopere com sua evolução, assegurando uma unidade com espaço físico e infraestrutura adequada e necessária para atender todas as atividades, promovendo também sensações e emoções, por meio de espaços abertos humanizados, iluminados, ventilados e promovendo o contato com a natureza.

Uma edificação com interesse social que busca o propósito que vai além de abrigar temporariamente, mas de proporcionar a população em situação de rua, uma oportunidade de reintegrar-se novamente a sociedade, atendendo suas necessidades básicas, com o objetivo de promover um espaço acolhedor, incentivador e desenvolvedor através de uma experiência nova que o ambiente propõe.

A concepção formal do projeto se dispõe com sua distribuição em torno de um pátio

central, um ambiente compartilhado que favorece o convívio social. A edificação é marcada pelo uso múltiplo, separado de acordo com seu programa de necessidades, onde a intenção plástica trabalha com a horizontalidade, entre blocos e setores, facilitando a interação com o espaço e promovendo uma continuidade visual, e principalmente onde os moradores irão usufruir com mais constância, trabalhou-se com o uso variado de matérias que remetem a arquitetura moderna, e que transmitissem a sensação de estarem em um lar e não em uma instituição, trabalhou-se então com o uso de telhado inclinado, remetendo a ideia de casa e promovendo ventilação cruzada e iluminação natural.

Portanto as diretrizes adotadas são a integração do interior com o exterior, flexibilidade espacial e a humanização que proporcionará sensação de liberdade. Essa integração se dá pelas aberturas entre os blocos, permitindo um campo visual para o pátio interno. Além disso, será empregadas técnicas de conforto térmico e lumínico, proporcionando ambientes agradáveis, dispondo de ventilação cruzada e explorando a eficiência energética.

4.5. PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades tem como finalidade suprir as necessidades da obra, de maneira funcional, ergonômica, acessível e confortável em todos os ambientes, conforme as tabelas abaixo. O mesmo será organizado em grupos, sendo: Abrigo provisório, administração, serviços e infraestrutura de apoio.

Tabela 1: programa de necessidades - Centro de apoio

Abrigo				
1	Espaço	Quantidade	M²	Equipamentos
1.1	Dormitórios Femininos	25	250	Camas, Armários, Mesas de apoio, cadeiras.
1.2	Dormitórios Masculinos	25	250	Camas, Armários, Mesas de apoio, cadeiras.
1.3	I.S./ Vestiário Fem.	5	30	Sanitários, Lavatórios, duchas, armários.
1.4	I.S./ Vestiário Fem.	5	30	Sanitários, Lavatórios, duchas, armários.
Serviços				
2	Espaço	Quantidade	M²	Equipamentos
2.1	Hall	1	-	Cadeiras, mesa.

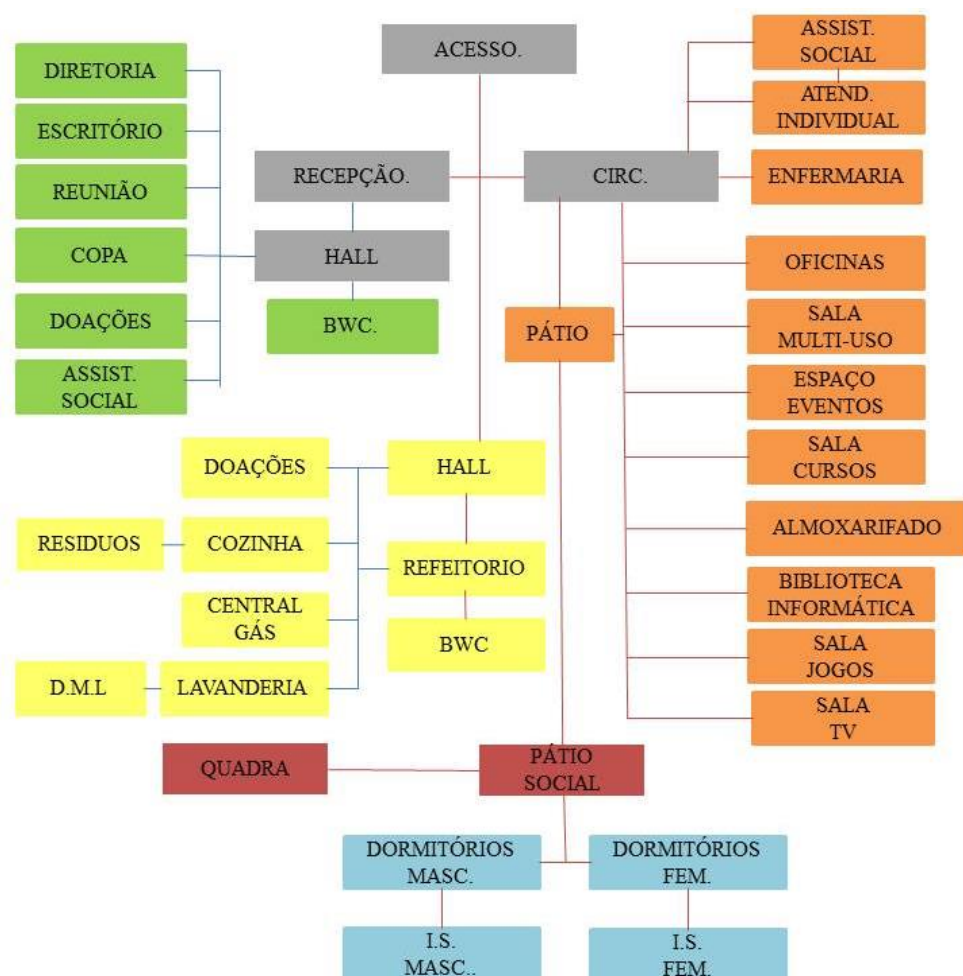
2.2	Cozinha	1	20	Fogão industrial, bancada, pia, coifa, exaustor, geladeira.
2.3	Refeitório	1	50	Mesas, cadeiras, mesa de apoio.
2.4	Armazenamento	1	5	Prateleiras, armários.
2.5	Lavanderia	1	15	Tanque, máquinas.
2.6	Rouparia	1	10	Prateleiras, armários.
2.7	Central de gás	1	5	Botijões.
2.8	Sala de doações	1	15	Armários, balcões.
2.9	Resíduos	1	5	Divisões de resíduos.
2.10	D.M.L	1	10	Armários.
2.11	I.S. Fem.	1	20	Sanitários, lavatórios.
2.12	I.S. Masc.	1	20	Sanitários, lavatórios.
Administração				
3	Espaço	Quantidade	M²	Equipamentos
3.1	Hall	1	-	Sofás, mesa.
3.2	Escritório	1	20	Mesas, cadeiras, armários, computador.
3.3	Diretoria	1	10	Mesas, cadeiras, armários, computador.
3.4	Reunião	1	15	Mesa grande, cadeiras, Televisão. Bancada.
3.5	Assistente Social	1	10	Mesa, cadeiras, armários, computador.
3.6	Doações	1	20	Armários, prateleiras.
3.7	Copa	1	30	Geladeira, fogão, pia, mesa, cadeiras.
3.11	I.S. Fem.	1	20	Sanitários, lavatórios.
3.12	I.S. Masc.	1	20	Sanitários, lavatórios.
Infraestrutura de apoio				
4	Espaço	Quantidade	M²	Equipamentos
4.1	Hall	1	-	Sofás, mesa.
4.2	Sala de Tv	1	30	Sofás, cadeiras, televisão.
4.3	Espaço de Jogos	2	30	Cadeiras, mesas.
4.4	Espaço para eventos	1	150	Mesas, cadeiras, palco.
4.5	Oficina	1	70	Mesas, cadeiras, armários.
4.6	Sala cursos	6	15	
4.7	Biblioteca/ Informática	1	60	Prateleiras, Mesas, cadeiras, balcão, computadores.
4.8	Pátio Social	1	-	Bancos, vegetação, cadeiras.
4.9	Almoxarifado	1	10	Estantes, armários
4.10	Sala Multi- so	4	40	-
4.11	Enfermaria	1	20	Prateleiras, balcão, armários, cadeiras.
4.12	Sala assistente social	1	25	Mesa, cadeiras, maca, sofá.

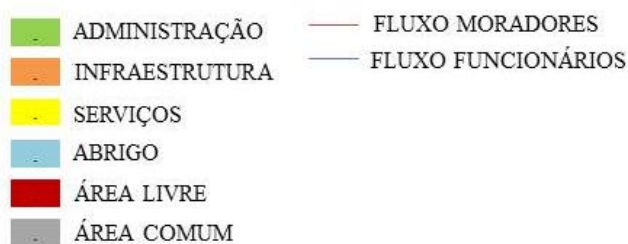
4.13	Atendimento individual	1	10	Mesas, cadeiras, armário.
Área livre				
5	Espaço	Quantidade	M²	Equipamentos
5.1	Pátio interno	-	-	Bancos, vegetação, playground.
5.2	Quadra	1	-	-
5.4	Estacionamento	1	-	Vagas, vegetação

4.6. FLUXOGRAMA E SETORIZAÇÃO

A partir do programa de necessidades foi elaborado o fluxograma, seguindo sua funcionalidade de acordo com a divisão dos setores e ambientes, como pode ser percebido na figura 25. As disposições de dividem nos seguintes setores: área de serviços, infraestrutura de apoio, administração, abrigo e área livre.

Figura 25: estudo de fluxos



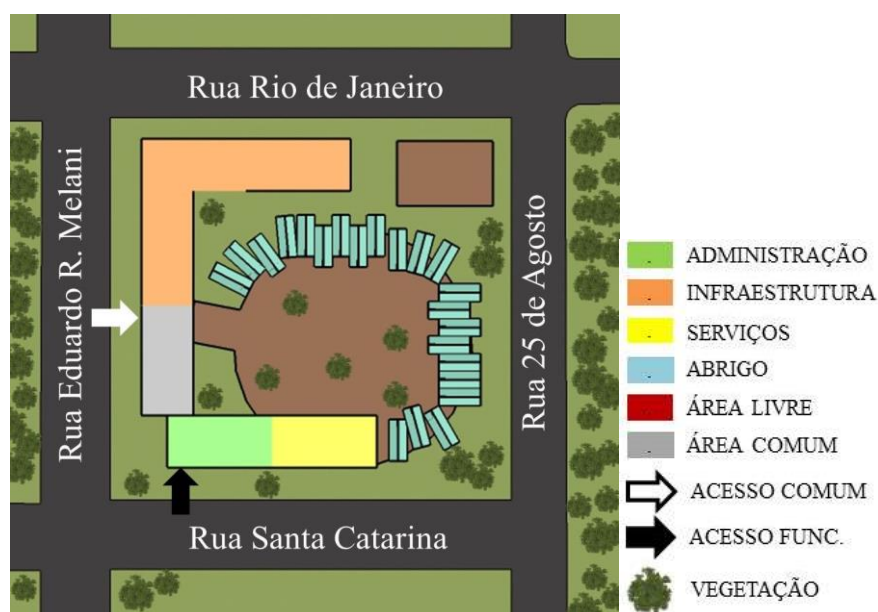


Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

4.7. ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO – PLANO DE MASSA

O processo de implantação da obra segue as diretrizes definidas pela lei de uso e ocupação de solo de Cascavel-PR, disponíveis no portal por meio da consulta de viabilidade. Os esquemas preliminares de fluxograma e setorização desenvolveu-se o estudo de implantação, delimitando os acessos, áreas livres e a locação de cada setor no terreno, conforme a figura 26.

Figura 26: implantação - plano de massa



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho apresentou-se assunto, tema, problema e hipótese que iniciaram a pesquisa. Justificou-se o presente trabalho no âmbito acadêmico/científico por colaborar para a difusão de conhecimento e o avanço da melhor técnica, estética e integração urbana do projeto, que atenda a necessidade quanto ao auxílio e acolhimento da população em situação de rua, onde a proposta projetual revelará ambientes e espaços que beneficiem o indivíduo, desenvolvendo um lugar não apenas de passagem, mas de acolhimento, que desperte a motivação de cada usuário a se integrar novamente na sociedade. No campo profissional, justifica-se oportunizar a ampliação da visão dos administradores públicos para novas possibilidades de planejamento social. Justifica-se no campo histórico através das pesquisas que relatam a respeito da população em situação de rua, a partir de observações quanto as condições insalubres que o grupo possui no cotidiano, bem como a necessidade do auxílio não somente para o acolhimento, mas também para a reinseri-los na sociedade. Do ponto de vista econômico e técnico, o centro de apoio mostra-se como suporte para esta determinada população, no âmbito de moradia social, caracterizada por estimular o indivíduo a se desenvolver, e inserir-se novamente na sociedade. Através do ponto de vista social e em nível do município, as ocupações em espaços públicos feitas por essa população acabam gerando diversos tipos de problemas urbanísticos, permitindo no aspecto social a variedade soluções de projetos em função das características e da situação urbana em que se inserem.

Tendo como relação os fatos abordados, o problema da pesquisa é: como o projeto de um local de apoio e assistência contribuiria para reverter ou melhorar essa condição? Parte-se da hipótese de que exista uma necessidade quanto ao auxílio e acolhimento da população em situação de rua. A proposta projetual revelará ambientes e espaços que beneficiem o indivíduo, desenvolvendo um lugar não apenas de passagem, mas de acolhimento, que desperte a motivação de cada usuário a se integrar novamente na sociedade.

Afim de responder ao problema da pesquisa e confirmar a hipótese inicial, elabora-se o objetivo geral: propor um espaço arquitetônico de apoio e oportunidade de reintegração social para pessoas em situação de rua. Para atingir o objetivo geral, foram estipulados os seguintes objetivos específicos: 1) Compreender o cenário da população de rua; 2) Analisar centros de acolhimentos existentes na cidade de Cascavel; 3) Elencar necessidade e perfil dessa parcela da sociedade; 4) Examinar normas e referências para desenvolvimento projetual; 5) Analisar correlatos, verificando utilização de técnicas e equipamentos; 6) Desenvolver proposta

projetual através dos parâmetros na pesquisa teórica.

Foi apresentado um embasamento teórico composto de fundamentos arquitetônicos e revisão bibliográfica no primeiro capítulo do trabalho, onde tais auxiliaram no entendimento do tema e sua real situação e a forma que a arquitetura se comporta de maneira social como uma ação direta e como ferramenta principal para o desenvolvimento de um centro de apoio que visa também a melhora de qualidade de vida. No terceiro capítulo, foi elaborado uma pesquisa e análise de correlatos, que auxiliaram no entendimento do funcionamento de abrigos destinados a essa parcela da população que vivem em situação de rua. O projeto para o centro de apoio e reintegração social ao morador de rua começa a ser exposto no quarto capítulo, através das diretrizes projetuais, onde é mostrado as análises do terreno escolhido, as intenções que justificam a conceituação da obra e também os primeiros estudos que envolvem os fluxos, setorização, acessos e implantação.

Sendo assim, os objetivos específicos alcançados foram: compreender o cenário da população de rua, a análise de centros já existentes na cidade de Cascavel, descobrir o perfil dessa parcela da sociedade e examinar normas e referências, que foram pertinentes para alcançar o próximo objetivo do trabalho, que é a elaboração da proposta projetual.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Claudio. **Densidade Urbana: Um instrumento de planejamento e gestão urbana.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da arquitetura.** São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.

ARAUJO, Valéria de Fátima Chaves. **Política nacional para a população em situação de rua: breve análise.** Natal, 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/dpp/gpp/TCC/2012/arquivos_downloads/ARAUJO,%20Valeria_Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para%20A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua.pdf> Acesso em 26 out. 2017.

ARGAN, Carlos Giulio. **História da arte como história da cidade.** 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARRÂ, Adriano Silva Nazareno. **A abrigagem de “moradores de rua: Um estudo sobre as trajetórias de exclusão e expectativa de reinserção.** 2009. Monografia (bacharel) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16889/000707030.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 ago. 2017.

ARCHDAILY. **Capslo homeless center – São Luis Obispo.** 2011. Disponível em: <http://www.archdaily.com/195063/design-for-homeless-shelter-in-san-luis-obispo-awarded?ad_medium=widget&ad_name=navigation-prev> Acessado em 18 de nov. 2017.

ARCHDAILY. **Centro de assistência para sem teto da ponte.** 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners>> Acessado em 18 de nov. 2017.

ARCHDAILY. Centre Village. 2013. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/01-127091/centre-village-slash-5468796-architecture-plus-cohlmeier-architecture-limited>> Acessado em 18 de nov. 2017.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório.** Brasília, DF, 2006.

BRASIL, PRESEIDÊNCIA DA REPUBLICA, **Casa Cível.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em 04 ago. 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf> Acesso em 25 ago. 2017.

BRASIL, Governo Federal. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua.** Brasília, 2009. Disponível em: <

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf> Acesso em 26 out. 2017.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva. 1991

BEZERRA, Waldez Cavalcante; FIRMINOA, Gabriela C. da Silva; JAVARROTTIB, Emanuely Santos; MELOA, Jéssica V, de Medeiros, CALHEIROSA, Priscila F. Frago; SILVA, Rodrigo G. L. Borges. **O cotidiano de pessoas em situação de rua: rupturas, sociabilidades, desejos e possibilidades de intervenção da Terapia Ocupacional**. Maceió, 2014. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/0104-4931.ctoAO0541>> Acesso em: 25 ago. 2017.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

COLIN, Silvo. **Uma arquitetura à arquitetura**. 3. Ed. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2004.

COUTINHO, Evaldro. **O espaço da arquitetura**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura, Forma, Espaço e Ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DIAS C. S. FEIBER, F. N. MUKAI, H. DIAS, S. S. **Cascavel: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano**. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

FEIBER, Silmara Dias. **O lugar: Vivências e significados**. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

FILHO, José A. de Lira. **Paisagismo: Princípios básicos**. Viçosa: Aprenda fácil, 2001.

NETTO, J. Teixeira Coelho. **A Construção do Sentido na Arquitetura**. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva. 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Christianne; PINHEIRO, Marcos; LACERDA, Leonardo. **Lazer, turismo e inclusão social: Intervenção com idosos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GURGEL, Mirian. **Projetando espaços: guia de arquitetura de interiores para áreas comerciais**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

GWYNNEPUGH, Urban Studio. **Capslo Homeless Center**. San Luiz Obispo,, , 2011. Disponível em: <<http://www.gwynnepugh.com/project/CAPSL0%20Homeless%20Center>> Acessado em 18 de nov. 2017

JACCOUD, Lucianada, SILVA, F. Barbosa. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_Questao_Social.pdf> Acesso em: 21 ago. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCENA, Wagner Leite. Território de exclusão: **A distribuição espacial da população de rua do centro de Patos/PB**. v. 8, n. 1-2, p. 103-126, jan./dez. 2013.

LIMA, Gabriela Giehl. **Teoria da gestalt: uma aplicação de conceitos na arquitetura**. Revista Thêma et Scientia – Vol. 4, no 1, jan/jun 2014.

MARÍLIA, Patrícia. **Pessoas em situação de rua e exclusão social: trabalho como possibilidade de (re)inserção social**. Trabalho de conclusão de curso, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_MariliaP.pdf> Acessado em 21/08-2017.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3. Ed. Campinas: Autores associados, 2002.

OVERLAND. Projetos: Centro de assistência para sem teto da ponte. 2017. Disponível em: <<http://www.overlandpartners.com/projects/the-bridge-homeless-assistance-center/>> Acessado em 18 de nov. 2017.

PNAS, política nacional de assistência social. **Normas operacional básica: NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

PALLASMA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PASTORAL DO POVO DA RUA. **Vida e Missão**. Loyola, São Paulo, 2003.

PRADO, Adriana R. de Almeida, LOPES, Maria Elisabete, ORNSTEIN Sheila Walbe. **Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo, Annablume, 2010.
PEREIRA, Ludmila V. de Toledo. Albergue para pessoas em situação de rua. **Revista Especialize On-line IPOG. 8 ed.** N 009. Campo Grande, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. **Portal do município: história**. 2017. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/historia.php>> Acessado em 15 de Nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. **Portal do Município: casa de passagem para população em situação de rua**. 2017. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/subpagina.php?id=736>> Acessado em 19 de nov. 2017

QUEIROZ, Maurício de Campos. **O ponto de vista dos sujeitos:** Representação Social Da População em Situação de Rua. Trabalho De Conclusão De Curso (Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2009.

SAGAWA, Hugo. **Ao amor do público:** Jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SANTOS, Caroline Gomes. A política nacional da população em situação de rua e sua efetivação como garantia de direitos. Salvador, 2015. Disponível em< <https://pt.slideshare.net/alavieira/a-politica-nacional-da-populao-em-situao-de-rua-e-sua-efetivao-como-garantia-de-direitos>> Acesso em 26 out. 2017.

SILVA, Maria Lúcia. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TARACHUQUE, Jorge; SOUZA, Waldir. **Bioética da vulnerabilidade da população em situação de rua:** um estudo a partir da realidade de Curitiba. Telecomunicações. Porto Alegre. v. 43. n. 1. p. 145-149. 2013.

TARACHUQUE, Jorge. **Bioética E vulnerabilidade Da População em Situação De Rua.** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2012

ZEVI, Bruno. **Saber ver a Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

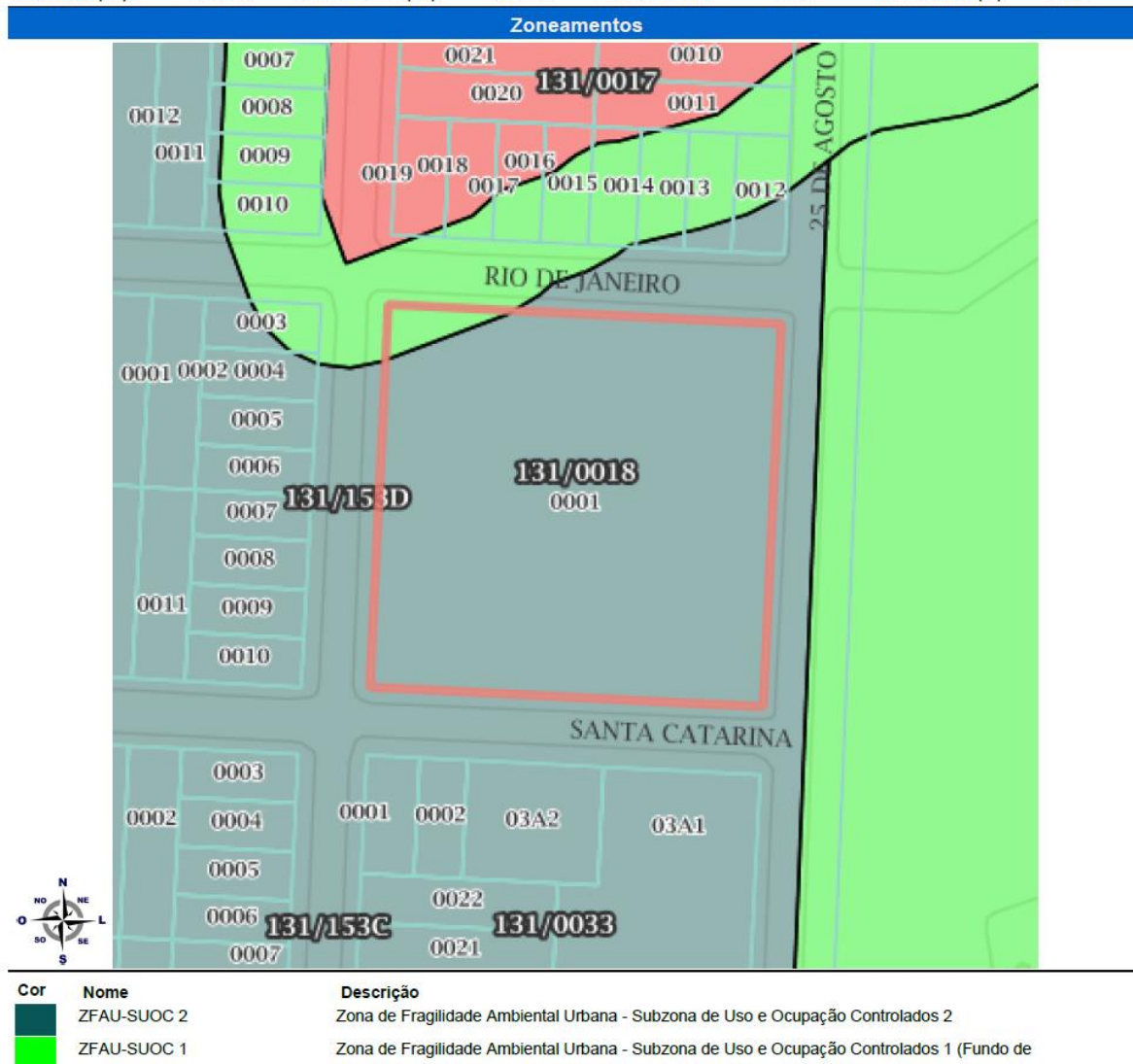
ANEXO 1 – Consulta prévia do Terreno



Município de Cascavel
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Consulta de Viabilidade de Edificação



Dados Cadastrais							
Cadastro:	169204000	Inscrição:	0131.0018.0001.0000	Nr consulta:	34164/2017	Data:	16/10/2017
Loteamento:	CURITIBA LOT.	Quadra:	0018	Lote:	0001		
Logradouro:	25 DE AGOSTO	Número:	839	Bairro:	CENTRO LOTEAMENTO		
Área Lote (m²):	12650.0	Área Unidade (m²):	3616.56	Testada Princ.	110.0	Testada Sec. (m):	110.0



Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Min. (%)	
ZFAU-SUOC 2	97.63	12350.1950	50 (*15)	40 (*10)	
ZFAU-SUOC 1	2.37	299.8050	50	40	
Zona	R. Fron. Min. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
ZFAU-SUOC 2	3 (*4) (*13)	0 (*1)	3	3 (*2)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR3, NR2, R1]
ZFAU-SUOC 1	3 (*4) (*13)	0 (*1)	1	1 (*2)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR2, R1]
Zona	Altura Max.	R. Lat/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Min./Res. (m²)	
ZFAU-SUOC 2	- (*3)	h/12 (*5)	-	200 (*7)	
ZFAU-SUOC 1	- (*3)	h/12 (*5)	-	300 (*7)	
Observações					

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

(*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.

(*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.

(*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.

(*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.

(*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(*7) - A fração obtida no cálculo do número de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6.

(*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.

(*13) - Nos imóveis lindeiros à rodovia, Recuo Frontal Mínimo igual a 5,0 metros, e será medido a partir do limite regulamentar da faixa de domínio. Em todos os casos atender o limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*15) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 70% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas).

(*20) - Além do recuo mínimo exigido em cada zona, a edificação deverá respeitar recuo mínimo de h/6 medido desde o centro da calha da rua, sendo permitido escalonamento dos volumes.

Atenção

Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito de construir. A manifestação da SEPLAN restringe-se a análise da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017, havendo alteração desta, a presente consulta estará automaticamente cancelada. Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas, valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente.

Nos lotes atingidos parcialmente pela Zona de Fragilidade Ambiental Urbana - Subzona de Proteção, poderá ser computado para o cálculo do C.A. Bás. a área total do imóvel, devendo a edificação ser implantada totalmente dentro da zona edificável do lote.

Início da obra somente após a expedição do Alvará de Construção. O estabelecimento deve atender as normas de acessibilidade, conforme disposto no art. 11, do Decreto Federal 5.296/2004 em conformidade com a NBR 9050/2015.

O deferimento da consulta não concede o uso da propriedade e o direito de iniciar as atividades sem o devido alvará de estabelecimento.

Em caso de Condomínio Edifício acima de 20 unidades, o interessado deverá protocolar solicitação de diretrizes básicas.

As calçadas devem atender o disposto na Lei Municipal nº 5774/2011 - Programa: "CALÇADAS DE CASCATEL".

As vagas de estacionamento deverão ser atendidas conforme anexo IV da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017. Para Consulta de Edificação de lotes que não constam no GeoCascavel, entrar em contato com a Secretaria de Planejamento e Urbanismo.